

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/12/2014 a 31/12/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

STF vai julgar ação contra decreto que favorece quilombolas. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Blogs. 04/12/2014.....	3
Governo Federal destina mais de 2,5 milhões de hectares à conservação ambiental e à reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/12/2014.....	4
Governo Federal já destinou mais de 10 milhões de hectares na Amazônia Legal – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/12/2014	5
Incra cria segundo assentamento ambientalmente diferenciado do Rio de Janeiro – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/12/2014....	6
Governo Federal destina terras para conservação ambiental – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/12/2014	7
Criação de assentamento põe fim à disputa de quinze anos por imóvel rural no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/12/2014.....	9
Sem-terra invadem 12 usinas de cana de açúcar no interior de São Paulo – Valor Econômico, Agronegócios. 13/12/2014	10
MDA entrega 600 títulos do programa Terra Legal para agricultores do Acre. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/12/2014.....	11
Incra declara área quilombola no Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/12/2014.....	12
Incra cria três novos assentamentos da reforma agrária em SP – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2014.....	12
SE: Incra conquista área emblemática para a reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2014.....	14
MG: Incra cria três assentamentos e beneficia 59 famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2014.....	15
Incra recebe posse de imóvel no Curimataú paraibano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2014.....	15
Governo destina 22 áreas rurais para a reforma agrária. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 31/12/2014	17
Incra investirá R\$ 76,7 milhões em áreas para reforma agrária. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 31/12/2014	17
Patrus Ananias buscará agronegócio para discutir reforma agrária. Demetrio Weber – O Globo, Brasil. 31/12/2014.....	17
Presidenta Dilma Rousseff decreta mais 22 imóveis para a reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 31/12/2014.....	19

STF vai julgar ação contra decreto que favorece quilombolas. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo, Blogs. 04/12/2014

Decisão do STF pode levar à paralisação de quase 1400 processos de titulação fundiária que tramitam no Incra. Para Comissão Pastoral da Terra, o que está em jogo é “o direito de populações historicamente discriminadas”.

Está na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) desta quinta-feira, 4, o julgamento da constitucionalidade do decreto que regulamenta a titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos. O julgamento, que pode ocorrer hoje ou nos próximos dias, causa apreensão entre quilombolas e organizações não governamentais. Se o decreto for considerado inconstitucional, quase 1400 processos de titulação que tramitam no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) poderão ser paralisados.

O que está em discussão é o Decreto 4.887. Assinado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele regulamenta o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 – que garantiu o direito dos quilombolas às terras que ocupam.

Em 2004, o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF questionando a validade legal do decreto, cujos itens abrangem questões de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras.

Segundo o DEM, o decreto é ilegal porque invade a esfera do Legislativo. O partido também questiona o critério de autoatribuição para identificar os remanescentes de quilombos.

Hoje qualquer grupo pode se autoidentificar como quilombola. Se for reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, também pode reivindicar as terras que ocupa junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ao se manifestarem sobre a chamada ADI 3239, a Procuradoria Geral da República e a Advocacia Geral da União (AGU) disseram que é improcedente. Mas o ministro Antônio Cezar Peluso, que foi relator do caso antes de se aposentar, votou pela inconstitucionalidade do decreto.

Em 2012, um pedido de vista, apresentado pela ministra Rosa Weber, interrompeu o julgamento, que agora retorna à pauta do STF.

Para a Comissão Pró-Índio de São Paulo, que acompanha a questão da titulação de terras de remanescentes de quilombos, a ação proposta pelo DEM faz parte de uma ofensiva conservadora cujo objetivo é impedir a efetivação dos direitos previstos na Constituição.

Em manifesto sobre o julgamento, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) disse esperar que “os ministros do STF julguem a ADIN 3239 a partir dos direitos fundamentais da pessoa humana e não se enredem em questões minúsculas de formalidades jurídicas”. Para a organização, o que está em jogo é “o direito de populações que historicamente foram discriminadas, massacradas, jogadas à margem da sociedade”.

Quando os constituintes incluíram a questão das terras de remanescentes de quilombos no texto constitucional, estimava-se em torno de 100 o total de comunidades. Só neste ano, porém, foram certificadas 155 no Brasil. Ao todo, hoje, são 2.480 comunidades reconhecidas.

O número de comunidades com títulos de propriedade fundiária, porém, é muito inferior. No total são apenas 218 comunidades quilombolas, instaladas em 129 territórios, com 1,08 milhão de hectares.

Atualmente existem 1.386 processos de regularização fundiária abertos nas superintendências regionais do Incra.

Apesar do pequeno número de terras tituladas, o nível de tensão em torno da questão quilombola é menor do que no caso das terras indígenas. Segundo um assessor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), isso se deve em grande parte ao pagamento de indenizações.

No caso das disputas com os índios, os agricultores obrigados a sair das terras que eles reivindicam recebem indenizações apenas pelas benfeitorias – e o pagamento é feito com títulos da dívida agrária (TDAs). No caso dos quilombos, são pagas as benfeitorias e a terra, em dinheiro. O que causa mais debate na Justiça é o valor estipulado pelo governo.

Governo Federal destina mais de 2,5 milhões de hectares à conservação ambiental e à reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/12/2014

O programa Terra Legal Amazônia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), realiza ato de destinação de terras federais para reforma agrária e conservação do meio ambiente, com a presença do ministro Miguel Rosseto, nesta terça-feira (9), em Brasília. Serão destinados 2,5 milhões de hectares para os estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins.

Do total, um milhão de hectares serão para regularizar unidades de conservação ambiental estaduais de Rondônia. Outros seis mil hectares serão repassados ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para a reforma agrária nos municípios de Anapu e de Pacajá, no Pará.

O MDA também vai destinar 1,48 milhão de hectares ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a conservação ambiental no Pará, Amazonas, Acre, Rondônia e Tocantins.

Programa Terra Legal Amazônia

O programa tem como objetivo a regularização de áreas e imóveis que estão em terras públicas federais, desde que não sejam reservas indígenas, unidades de conservação, florestas públicas, áreas da Marinha e reservadas à administração militar.

Criado em 2009, o programa é coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região da Amazônia Legal, que abrange nove estados.

O Terra Legal promove redução do desmatamento e aumento da produtividade dos agricultores familiares, uma vez que ao receber o título de propriedade do terreno o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou o reflorestamento da área desmatada.

Agricultores familiares e comunidades locais têm prioridade no atendimento.

Governo Federal já destinou mais de 10 milhões de hectares na Amazônia Legal – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/12/2014

O programa Terra Legal Amazônia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), totaliza a destinação de 10,42 milhões de hectares para a conservação ambiental, regularização fundiária e reforma agrária na região da Amazônia Legal. Destes, 2,5 milhões de hectares foram destinados aos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins, nesta terça-feira (9), em Brasília.

“Com este ato, o MDA repassa para a preservação ambiental e para a reforma agrária um pouco mais de 10 milhões de hectares, isso significa dizer que já garantimos destino para uma área equivalente a duas vezes o território do Distrito Federal”, afirmou o secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do MDA, Sérgio Lopes.

O presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, pontuou a importância do trabalho articulado nas ações de regularização fundiária na Amazônia Legal. “Ao dialogarmos garantimos que os assentados tenham segurança para produzir preservando a biodiversidade. Nunca se conheceu a Amazônia de forma tão profunda como neste trabalho”, destacou.

Para a reforma agrária foram destinados 6.025 hectares, sendo 2.972 hectares para a criação de assentamento no município de Pacajá (PA) e 3.052 hectares para a ampliação do Projeto de Assentamento Pilão Poente 1 em Anapú (PA).

Foram destinados 1.480 milhão de hectares ao Ministério do Meio Ambiente para a conservação ambiental. Sendo que 28 mil hectares são no Acre, 1.127 milhão de hectares no Amazonas 191 mil hectares no Pará, 62 mil hectares em Rondônia e 70 mil hectares no Tocantins.

Durante o ato também foram desafetados 1.016,796 milhão de hectares em Rondônia para a Secretária de Patrimônio da União (SPU) regularizar unidades estaduais de conservação ambiental já existentes.

Entrega de títulos

Durante a cerimônia, foi entregue o título definitivo de 155 hectares de área urbana ao município de Esperantina (TO). “Agora vamos ter a oportunidade de realizar o parcelamento urbano, isso permite que os moradores tenham condição de acessar crédito para fazer seus empreendimentos e isso vai ajudar muito nossa região”, comemorou o prefeito municipal, Albino Cardoso Sousa.

O casal de agricultores de Porto Velho (RO), Valdenira Pereira Silva Duarte e Jeová Ferreira Duarte, também recebeu o título de sua propriedade de 164 hectares na zona

rural da capital rondoniense. “A gente está muito feliz e muito agradecida pela oportunidade de melhorar de vida, com o título, agora a terra é nossa”.

Na opinião de Jeová que mora com sua companheira há 20 anos na propriedade, antes a terra era como uma criança que nasceu e não tem nome. “Agora que temos o título, a garantia da terra, vamos melhorar nossas atividades, pegar um financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e investir ainda mais na produção de leite”. Na propriedade, além de criarem gado leiteiro, o casal produz frutas e hortaliças.

Incra cria segundo assentamento ambientalmente diferenciado do Rio de Janeiro – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/12/2014

Foi publicada no Diário Oficial da União (DOU.), desta segunda-feira (8), a portaria de criação do segundo assentamento ambientalmente diferenciado do estado do Rio de Janeiro. Localizado no município de Silva Jardim, distante 111 quilômetros da capital fluminense, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Sebastião LAN II possui uma área de 1.541 hectares e capacidade para abrigar 44 famílias.

A principal característica desse novo projeto é o fato de unir o direito da população de fazer uso sustentável dos recursos naturais do local ao dever de proteger o bioma nativo da região, a Mata Atlântica. O PDS está localizado no entorno da Reserva Biológica Poço das Antas (Rebio Poço das Antas), onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade de conservação.

Poço das Antas é a primeira reserva biológica criada no país e se destaca nacionalmente pelos projetos de proteção Mata Atlântica e do mico-leão-dourado, espécie animal ameaçada de extinção. Por isso, o reconhecimento das famílias que vivem no seu entorno como beneficiárias da reforma agrária dependeu da devida anuência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

“Tendo em vista que as reservas são unidades de proteção integral, é imprescindível que qualquer assentamento no seu entorno tenha práticas ambientais adequadas. Desta forma, entendemos que a única modalidade de assentamento cabível é um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)”, explica o superintendente do Incra/RJ, Gustavo Souto de Noronha. Além disso, a propriedade da terra continua pertencendo ao Incra e o que é passado para os agricultores é um contrato de concessão de direito real de uso.

Próximos passos

O superintendente substituto do Incra/RJ, Newson Monteiro, esteve no assentamento para explicar aos moradores os próximos passos da autarquia, que acarretarão na implantação do assentamento.

No período de dias 16 e 19 de dezembro, diferentes equipes do Incra irão a campo para aplicar um questionário de seleção de famílias específico para candidatos ao PDS. Também será feita a inclusão dos moradores no Cadastro Único para políticas públicas do Governo Federal (CadÚnico), que reúne todos os beneficiários de políticas sociais em um único banco de dados.

O Incra também seguirá os prazos legais para incluir a área do projeto de assentamento no Cadastro Ambiental Rural (CAR); formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos; encaminhar às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários; formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à Coordenação do Programa Água para Todos; formalizar parcerias com a Prefeitura Municipal de Silva Jardim para a construção e recuperação de estradas vicinais; além de contratar assistência técnica, aplicar crédito para apoio inicial, fazer a demarcação das parcelas e comunicar as demandas de educação e saúde às autoridades competentes.

Também será criado um comitê gestor do PDS, que contará com a participação da associação de moradores, do Incra, do ICMBio, do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), da Universidade Federal Fluminense (UFF), que vem desenvolvendo atividades que pesquisa e extensão no local, entre outras entidades governamentais ou da sociedade civil.

Histórico

A área onde se localiza o PDS Sebastião Lan II é remanescente de uma desapropriação realizada pelo Incra em 1975 para atender ao "relevante interesse social de reforma agrária e criar um santuário para proteção do mico-leão-dourado dourado e a preguiça-de-coleira", segundo cita trecho de documento da época.

Na ocasião, foram criados os assentamentos, hoje consolidados, PIC Aldeia Velha e PIC Capivari, além da própria Reserva Biológica Poço das Antas. A área de Sebastião Lan II, embora pertencendo ao Incra, não recebeu destinação na época, por ser considerada de difícil exploração agrícola nos moldes da reforma agrária. No entanto, na década de 1990, o local foi ocupado por trabalhadores rurais sem terra, que realizam agricultura familiar de subsistência desde então, com destaque para produção de feijão, mandioca, laranja e banana.

Governo Federal destina terras para conservação ambiental – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 10/12/2014

Mais de 1,4 milhão de hectares serão para a conservação no Pará, Amazonas, Acre, Rondônia e Tocantins. Ação faz parte do Terra Legal

Por: ASCOM/ICMBio

Em ato realizado nessa terça-feira (09/12) na sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Brasília, o Governo Federal destinou 2,5 milhões de hectares nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins para conservação do meio ambiente e reforma agrária.

Dos 2,5 milhões de hectares, 1 milhão de hectares serão para regularizar Unidades de Conservação de Rondônia. Outros seis mil hectares serão repassados ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incr), para a reforma agrária dos municípios de Anapu e de Pacajá, no Pará.

A ação faz parte do programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem como objetivo a regularização de áreas e imóveis que estão em terras públicas federais. Desde que não sejam reservas indígenas, Unidades de Conservação (UCs), florestas públicas, áreas da Marinha e reservadas à administração militar.

"O ICMBio é o principal beneficiário deste ato, já são mais de 5 milhões de hectares repassados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), boa parte dessas áreas serão destinadas certamente para a criação de UCs. Nós só temos razão para comemorar", afirmou o presidente do ICMBio, Roberto Vizentin.

Regularização e reforma agrária

O MMA recebe 1,48 milhão de hectares para a conservação ambiental. Desse total, 28 mil hectares são no Acre, 1.127 milhão de hectares no Amazonas, 191 mil hectares no Pará, 62 mil hectares em Rondônia e 70 mil hectares no Tocantins. Durante o ato também foram desafetados 1.016,796 milhão de hectares em Rondônia para a Secretária de Patrimônio da União (SPU) regularizar unidades estaduais de conservação ambiental já existentes.

"Nunca se conheceu a Amazônia tão profundamente como se está conhecendo agora por esse trabalho conjunto, que está sendo feito e coordenado pelo MDA, pela equipe do Terra Legal, pelos órgãos do governo federal e governo estadual", afirmou o presidente do Incra, Carlos Guedes, que representou o ministro do MDA, Miguel Rossetto.

Representando a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani, falou sobre os resultados do programa: "Essa iniciativa tem um significado muito especial, porque significa responsabilização. Significa que nós temos que cuidar das áreas que estão sendo destinadas, mas significa também que nós estamos sendo capazes de trabalhar em conjunto. Todo esse trabalho relacionado à terra, no Brasil, sempre foi cercado de muita suspeita e desconfiança. Fico impressionado como o Terra Legal têm se desenvolvido de forma tão interessante".

Com esse ato, o programa totaliza a destinação de 10,42 milhões de hectares para a conservação ambiental, regularização fundiária e reforma agrária na região da Amazônia Legal.

Sobre o Programa Terra Legal

Criado em 2009, o programa é coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Incra na região da Amazônia legal. O Terra Legal promove redução do desmatamento e aumento da produtividade dos agricultores familiares, uma vez que ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou o reflorestamento da área desmatada.

Também participaram do evento: o secretário extraordinário de regularização fundiária na Amazônia Legal do MDA, Sérgio Lopes; a secretária do patrimônio da União, Cassandra Maroni Nunes; o presidente da Fundação Nacional do Índio, Flávio Chiarelli; a superintendente de integração do Estado de Rondônia em Brasília, Elizete Lionel, representando o governador Confúcio Moura; e o subchefe adjunto de análises e

acompanhamento de políticas governamentais da Casa Civil da Presidência da República, Johanness Eck.

Criação de assentamento põe fim à disputa de quinze anos por imóvel rural no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/12/2014

A Superintendência Regional do Incra no Paraná resolve mais um importante imbróglio no panorama agrário do estado. Isso, porque foi publicada, nesta sexta-feira (12), no Diário Oficial da União (DOU), a portaria de criação do Projeto de Assentamento Carlos Marighella, localizado no município de Congonhinhas, na região Norte do Paraná.

A criação do assentamento põe fim a cerca de quinze anos de disputa e expectativa pela posse do imóvel rural denominado Fazenda Pompeia. A área foi vistoriada ainda em 1999 por técnicos do Incra. Na ocasião, o imóvel foi classificado como improdutivo. O processo, porém, ficou suspenso por decisão judicial de 1999 a 2008. Nesse ínterim, cerca de 77 famílias acamparam em uma parte da área comunitária do Projeto de Assentamento Ho Chi Minh, contíguo à Fazenda Pompeia. As famílias, que eram excedentes desse e de outros assentamentos do estado, permaneceram no local por nove anos.

Somente em dezembro de 2013 foi possível publicar o decreto de desapropriação que declara o imóvel de interesse social, para fins de reforma agrária. Em outubro de 2014 o Incra foi imitado na posse do imóvel e agora, finalmente, é publicada a portaria de criação do assentamento.

“O processo se prolongou por muitos anos porque, infelizmente, a Justiça estava considerando o interesse do proprietário em detrimento das dezenas de famílias de trabalhadores”, lembra o superintendente do Incra no Paraná, Nilton Guedes. “Este foi um caso emblemático no meio rural do Paraná, cuja resolução proporcionará às famílias terem sua dignidade garantida e poderem se desenvolver economicamente”, afirma.

Com área total de 754 hectares e capacidade para 67 famílias, o Projeto de Assentamento Carlos Mariguella recebeu o nome em homenagem ao político baiano que foi um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar. Com a publicação da portaria de criação do assentamento, o Paraná chega à marca de 327 assentamentos da reforma agrária no estado.

Próximos passos

Após a criação do assentamento, o Incra iniciará o trabalho de topografia e demarcação dos lotes, além de elaborar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Além disso, deverá selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto de Assentamento. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Congonhinhas, as famílias serão incluídas no CadÚnico, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de forma que possam acessar as políticas municipais, estaduais e federais.

Também será apresentada a demanda de infraestrutura de água e luz aos comitês estaduais dos programas Água para Todos e Luz para Todos, respectivamente, além de

incluir a área do Projeto de Assentamento no Cadastro Ambiental Rural (CAR). No prazo de um ano, o Incra deverá formalizar parceria com a Prefeitura Municipal de Congonhinhas para construção e recuperação de estradas vicinais que darão acesso ao assentamento.

O Incra contratará Assistência Técnica e Extensão Rural para as famílias iniciarem a produção. Além disso, será encaminhada às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento. Também será viabilizado o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf).

Nova rota de crédito

No prazo de 180 dias, as famílias serão inseridas na nova rota de crédito para a reforma agrária, iniciando com a aplicação do crédito Apoio Inicial. A nova rota está dividida em ciclos: Instalação, Inclusão Produtiva e Estruturação Produtiva.

O ciclo Instalação oferta os créditos Apoio Inicial, Fomento Produtivo e Fomento Mulher. Os investimentos somam até R\$ 14,6 mil, sendo que a família poderá acessar todos os créditos ou apenas um deles. É voltado para instalação da família no assentamento, aquisição de itens de primeira necessidade, bens e equipamentos, de forma a viabilizar projetos produtivos e promover a segurança alimentar e nutricional.

Após o agricultor ter acessado o ciclo Instalação, ele poderá participar dos Ciclos de Inclusão Produtiva (Microcrédito Orientado) e de Estruturação Produtiva (Programa Mais Alimentos Reforma Agrária). No Microcrédito o assentado poderá fazer até três operações de R\$ 4 mil com desconto de 50% para implementação de projeto produtivo a partir de assistência técnica. No programa Mais Alimentos Reforma Agrária, voltado para expansão das atividades produtivas, são até três operações no valor de R\$ 7,5 mil para custeio, e crédito de R\$ 25 mil para investimento, com 40% de desconto.

Sem-terra invadem 12 usinas de cana de açúcar no interior de São Paulo – Valor Econômico, Agronegócios. 13/12/2014

PRESIDENTE PRUDENTE - Pelo menos mil militantes sem-terra da Frente Nacional de Luta no Campo e Cidade (FNL) ocuparam neste sábado cerca de 12 usinas de cana de açúcar e álcool no interior de São Paulo. Eles exigem que as áreas das usinas sejam destinadas a assentamentos. Também protestam contra a morosidade do governo paulista e do governo federal na implementação da reforma agrária.

Entre as usinas invadidas, que deverão ser desocupadas no domingo, estão a Santa Fany, em Regente Feijó; Decasa, em Marabá Paulista, e Dracena, em Dracena, além de outras na região de Marília, de acordo com o balanço da FNL. As usinas estariam falidas e sucateadas, segundo a FNL.

”Elas paralisaram as atividades e não concordamos que seja usado dinheiro público para recuperar essas usinas. Esse dinheiro deveria ser usado para assentar famílias nas terras ocupadas pelas usinas”, critica João Batista Pereira da Silva, 51 anos, integrante da FNL.

Ele não tem um cálculo do valor que seria investido pelo governo de São Paulo e pelo governo federal na recuperação financeira das usinas.

”Assentar famílias custa muito menos, nada justifica gastar dinheiro com usinas falidas. Eles (governos) devem pensar nessas famílias que estão há mais de dez anos esperando por um lote de terra”, disse ele, acrescentando que nenhum sem-terra recebeu terreno este ano. Cerca de 5 mil famílias estão acampadas na beira de estradas aguardando assentamentos, principalmente no Pontal do Paranapanema.

A Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) é liderada por José Rainha Júnior, que rompeu com o Movimento dos Sem-Terra (MST). Além do campo, o movimento dissidente também atua nas cidades, atraindo os sem-teto.

MDA entrega 600 títulos do programa Terra Legal para agricultores do Acre. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/12/2014

Para garantir o direito à propriedade e facilitar o acesso a políticas de fomento à agricultura familiar, o Programa Terra Legal Amazônia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), inicia a entrega de 600 títulos definitivos para agricultores familiares de municípios acrianos a partir deste sábado (20), em Rio Branco (AC).

Os documentos, produzidos em parceria com governo estadual, vão beneficiar produtores rurais das localidades de Feijó, Manuel Urbano e Tarauacá. Participam do ato de entrega na capital Rio Branco, o governador do Acre, Tião Viana, e o secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes.

“Com o título fica mais fácil para o agricultor acessar o conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. A garantia de posse da terra cria condições para o desenvolvimento sustentável. Isto é importante para assegurar um futuro melhor para as famílias beneficiadas”, observa o secretário do MDA.

Serão entregues títulos federais do Programa Terra Legal Amazônia e títulos estaduais de convênio do MDA com o Instituto de Terra do Acre (Iteracre). Segundo o coordenador do Terra Legal no estado, Antônia Brana, a previsão é que todos os documentos sejam entregues até o final deste ano. “Por conta das fortes chuvas dos últimos dias que alagaram muitas estradas e o acesso às comunidades, a entrega dos documentos será feita diretamente na propriedade dos agricultores”, adianta.

Ampliação do georreferenciamento

Ainda no sábado, será assinada a ordem de serviço para a o georreferenciamento das glebas Carão, Catuaba, Empresa, Nova Empresa, Panorama, Quixadá e Riozinho do Rola. A ação, que é o primeiro passo para emissão de títulos para agricultores que moram nessas regiões, também é faz parte do convênio entre o MDA o Iteracre.

Programa Terra Legal

Criado em 2009, o programa tem como objetivo destinar e regularizar áreas para órgãos, estados e municípios, bem como de posses particulares que estão em terras públicas federais na Amazônia Legal. Com a destinação das áreas, o Terra Legal auxilia na gestão do território e no ordenamento fundiário.

O programa também contribui para a redução do desmatamento e aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a recomposição da reserva legal e tem a possibilidade de acessar as políticas de fomento do Governo Federal, investindo com segurança em sua propriedade.

Incra declara área quilombola no Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/12/2014

Portaria publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (18) declara uma área de 10.026,1608 hectares em favor de 149 famílias da Comunidade Quilombola Gurupá, localizada no município de Cachoeira do Arari (PA), no Arquipélago do Marajó. A portaria, assinada pelo presidente do Incra Carlos Guedes é acompanhada de memorial descritivo que relaciona as coordenadas da área.

Quilombo de Gurupá

No início de dezembro deste ano, o Conselho Diretor do Incra julgou improcedente o recurso administrativo interposto pelo sócio-proprietário da Fazenda São Joaquim (onde se localizam as Terras Gurupá), mantendo assim o posicionamento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade, elaborado pelo corpo técnico do Incra, e da Coordenação Geral de Regularização dos Territórios Quilombolas (DFQ), vinculada à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra.

A Comunidade

As chamadas Terras Gurupá se referem à doação feita ao escravo Luiz Antônio Batista da Silva (em 1853), que posteriormente adquiriu mais terras na região, configurando o que a comunidade chama hoje de “Terras Gurupá dos Batistas”. Com a regularização das terras doadas em nome de outros proprietários, o grupo acabou perdendo acesso para os locais de extrativismo e acesso a recursos naturais, já no século XX, culminando em conflitos fundiários.

Atualmente a comunidade conjuga a produção de roças, extrativismo e manejo de açaiçais e palmito e a pesca em três ambientes naturais: várzea, igapó e terra firme.

Incra cria três novos assentamentos da reforma agrária em SP – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2014

Três novos assentamentos da reforma agrária foram criados pela Superintendência Regional do Incra em São Paulo: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes, o Projeto de Assentamento (PA) Rosa

Luxemburgo, em Agudos, e o Projeto de Assentamento (PA) União de Todos, em Paulistânia, duas destas áreas foram decretados pela Presidência da República em 2013.

No total são quase 3 mil hectares desapropriados pelo Incra, que beneficiarão 491 famílias que passam a contar com uma ampla rede de proteção social e apoio para desenvolver atividades produtivas. A destinação dessas áreas para a reforma agrária foi publicada nesta terça-feira (30) no Diário Oficial da União.

O superintendente do Incra/SP, Wellington Diniz Monteiro, destacou que os beneficiários que serão instalados nessas áreas já terão de imediato assistência técnica já que o Incra em São Paulo universalizou esse atendimento da todos os assentamentos do estado. "Neste sentido, as ações de assistência técnica e extensão rural são fundamentais para a consolidação da produção, da sustentabilidade e acesso às políticas públicas, acrescentou Monteiro.

Chacareiros de Mogi das Cruzes

Apontada como uma área emblemática, a criação do assentamento Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes, é o resultado da atuação do Incra para superar impasses fundiários e judiciais que por décadas afligiam os chamados chacareiros de Mogi das Cruzes, agricultores que ocupavam esta área na condição de posseiros.

O imóvel tem área de 860,9 hectares e foi decretada de interesse social em 26/12/2013, com decisão favorável de posse ao Incra em 19/07/2014. Serão assentadas 344 famílias, que passarão a contar com investimentos na infraestrutura e créditos como o Pronaf: "A criação deste assentamento é uma grande vitória do Incra, das famílias e de toda a região", analisa Monteiro, lembrando os diversos trabalhos realizados pela autarquia para solucionar definitivamente a situação de insegurança jurídica dos chacareiros.

Monteiro destaca também a produção já existente no local, favorecida pela qualidade excepcional do solo na várzea do rio Tietê, onde se localiza o novo assentamento.

Fazenda Agrocentro

A criação do assentamento Rosa Luxemburgo, em Agudos, também encerra uma difícil luta pela desapropriação da Fazenda Agrocentro, decretada como de interesse social desde 23 de dezembro de 2009. O Incra em São Paulo reivindicava judicialmente a posse da área desde 2010, e obteve decisão judicial favorável somente em 19 de março deste ano. Este novo assentamento permitirá beneficiar outras 110 famílias: "Trata-se de um número expressivo de famílias que agora terão acesso não só à terra, mas a créditos e outros programas do governo federal, como Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida", afirma Monteiro. Ele lembra que o Incra já possui dois assentamentos no mesmo município: os projetos de assentamento Loiva Lurdes, com 50 famílias, e o assentamento Maracy, com 69 famílias.

Fazenda Tropical

Da mesma forma, o novo assentamento União de Todos, em Paulistânia, também soluciona conflitos fundiários e traz novas perspectivas para as famílias e para o próprio município. Com 487,98 hectares, o imóvel desapropriado - Fazenda Tropical - possibilitará o assentamento de 37 famílias. "Após a publicação do decreto presidencial

em outubro de 2013, entramos com o pedido de desapropriação do imóvel na Justiça. O processo foi bem embasado, o que garantiu uma decisão judicial célere em favor do Incra em 4 de abril deste ano. Essa resposta dos poderes Executivo e Judiciário foi fundamental para o atendimento das famílias que estavam acampadas à espera de uma oportunidade no campo”, enfatiza Monteiro.

SE: Incra conquista área emblemática para a reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2014

A Superintendência Regional do Incra em Sergipe assegurou a conquista de mais um imóvel emblemático para a reforma agrária, em sua área de atuação no estado do Bahia. Trata-se da Fazenda Nova Esperança, localizada nos municípios de Cristinápolis (SE) e Rio Real (BA), com área de 2.918 hectares que será destinada à constituição do Projeto de Assentamento Luiz Alberto, com capacidade para 280 famílias conforme Estudo de Capacidade de Geração de Renda e anteprojeto de organização espacial da área.

A criação do projeto de assentamento foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (30). De acordo com o superintendente Regional, Leonardo Góes, a aquisição da Fazenda Nova Esperança contribui de forma decisiva para a redução de conflitos sociais que existem na região. “É de fato uma grande conquista, que também irá assegurar condições para que as famílias assentadas alcancem sua autonomia, e para que o próprio município de Rio Real também se beneficie com a dinâmica econômica promovida pelas políticas públicas agregadas à reforma agrária”, enfatizou Góes.

Com uma parcela de sua área inserida no município de Cristinápolis, a antiga Fazenda Nova Esperança dará lugar a um assentamento com potencial para o desenvolvimento de atividades de fruticultura. Desde o início as famílias serão atendidas por uma equipe do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) e terão acesso aos novos créditos da reforma agrária destinados à sua instalação nos lotes, à segurança alimentar e ao desenvolvimento de atividades produtivas. As famílias serão beneficiadas ainda pelo conjunto de outras políticas públicas asseguradas pelo Governo Federal, como o Luz para Todos, Água para Todos e o Minha Casa, Minha Vida.

Processo de Aquisição

Vistoriada pelo Incra/SE em março passado, a Fazenda Nova Esperança foi classificada como produtiva e sua obtenção foi inviabilizada pela modalidade de decretação presidencial. Por estar localizada em área com registro de diversos focos de tensão agrária, o imóvel, de grande relevância social e potencial produtivo passou a ser objeto de uma ampla negociação promovida pela Superintendência de Sergipe, com base no Decreto 433/92.

O decreto autoriza ao Incra adquirir imóveis na modalidade compra e venda, de áreas consideradas emblemáticas e, desde que, praticados valores de mercado.

Em Sergipe, a Fazenda Nova Esperança foi a única obtida por meio dessa modalidade no ano de 2014, com investimentos de R\$ 26 milhões.

Com essa nova conquista, o Incra/SE contabiliza em 2014 a obtenção de seis novas áreas, com capacidade total para o assentamento de aproximadamente 600 famílias.

MG: Incra cria três assentamentos e beneficia 59 famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2014

Três novas áreas de assentamento da reforma agrária foram criadas pela Superintendência Regional do Incra em Minas Gerais. A destinação das áreas foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (30) e beneficiará 59 famílias de agricultores de três municípios. Em Teófilo Otoni, 29 famílias serão assentadas em uma área de 130,30 hectares, no imóvel rural denominado Fazenda Córrego São Pedro. No município de Pará de Minas, será destinada uma área de 364,48 hectares da Fazenda Limeira para 20 famílias, enquanto em Pompéu, dez famílias ocuparão os 196,81 hectares da fazenda conhecida como Pompéu Velho.

Após a seleção das famílias para ocuparem os lotes, o Incra/MG seguirá cronograma de implantação do assentamento, que prevê a inclusão das famílias no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) em parceria com as prefeituras, ação que possibilitará o acesso dos beneficiários às políticas sociais; efetuar estudos técnicos para uso dos recursos hídricos e supressão de vegetação para implantação da infraestrutura necessária para a regularização ambiental do assentamento, e intermediar ações que permitirão às famílias, condições para viver com dignidade no assentamento, como o programa de eletrificação, construção de habitações por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outras.

Na sequência, as famílias deverão assinar seus Contratos de Concessão de Uso, que é um documento que autoriza a exploração de seus lotes e permite o acesso aos demais créditos produtivos destinados à reforma agrária, como os Créditos de Instalação, Microcrédito Orientado e Mais Alimentos para a Reforma Agrária, sempre sob a orientação do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Incra recebe posse de imóvel no Curimataú paraibano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2014

A Superintendência Regional do Incra na Paraíba recebeu nesta última segunda-feira (29) a posse do imóvel denominado Fazenda Jacaré, localizado no município de Remígio, na região denominada Curimataú Com área de aproximadamente 922 hectares e capacidade para assentar 21 famílias de trabalhadores rurais, o projeto de assentamento deverá ser criado nos próximos dias e receberá o nome de Comandante Carlos Lamarca, anunciou o superintendente Cleofas Caju.

A Fazenda Jacaré é o oitavo imóvel que o Incra/PB recebe a posse em 2014. Além do superintendente da autarquia, também participaram do ato de imissão na posse um oficial da Justiça Federal, os chefes da Divisão de Obtenção de Terras, Edvaldo Pereira da Silva, e do Serviço de Implantação de Projetos de Assentamento do Incra/PB, Dorival Fernandes, representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e agricultores candidatos a serem assentados na área.

“O Governo Federal, entendendo a justa reivindicação do povo, desapropriou o imóvel, que não cumpria sua função social, e vai transformá-lo em um projeto de assentamento

onde as famílias terão direito a uma vida digna e deverão se dedicar à produção de grãos e à criação de animais de pequeno porte, como caprinos, ovinos e aves”, disse Caju.

Decreto

O imóvel Fazenda Jacaré foi declarado pelo Governo Federal de interesse social para fins de reforma agrária em decreto de 26 de dezembro de 2013. Com o decreto, o Incra ficou autorizado a promover a desapropriação da área para a criação de um Projeto de Assentamento, respeitando as áreas de Reserva Legal (ARL) e de Preservação Permanente (APP), como margens de rio e cumes de morros, de forma a conciliar o novo assentamento da reforma agrária com a conservação do meio ambiente.

Próximos passos

Após a publicação da Portaria de Criação do Assentamento, o Incra irá selecionar e homologar as famílias a serem assentadas e, em parceria com a Prefeitura de Remígio, vai promover ações para a inclusão dos novos assentados no Cadastro Único (CADÚnico) do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) para viabilizar o acesso às políticas sociais nas esferas municipal, estadual e federal. A parceria também vai permitir a construção e a recuperação de estradas vicinais de acesso ao assentamento.

Outros investimentos serão realizados na demarcação das parcelas e na contratação de assistência técnica. Será elaborado ainda o Plano de Desenvolvimento do Assentamento para permitir o acesso das famílias ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e a outros créditos necessários ao desenvolvimento das atividades produtivas.

Também cabe ao Incra encaminhar as demandas por energia elétrica e abastecimento de água, respectivamente, ao Comitê Estadual Luz para Todos e à Coordenação do Programa Água para Todos, e encaminhar às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do programa Minha Casa Minha Vida a relação das famílias assentadas como demanda prioritária no atendimento.

Imissões na posse em 2014

Os outros sete imóveis que passaram para a posse do Incra em 2014 na Paraíba são eles: São Bento (nos municípios de Barra de Santa Rosa e Sossego), Arara/Roncadeira (Camalaú e São João do Tigre), Usina Tanques/Capoeiro (Alagoa Grande), Jatobá (Sousa), Serra Preta (Algodão de Jandaíra), São Lourenço/São Lourenço II (São Domingos) e Fazenda Estrela (Alcantil).

Destes imóveis obtidos em 2014, seis já foram transformados em assentamentos da reforma agrária, segundo o chefe da Divisão de Obtenção de Terras do Incra/PB, Edvaldo da Silva: Zumbi dos Palmares I (no imóvel São Bento), Nossa Senhora da Conceição (no imóvel Arara/Roncadeira), Nova Margarida (no imóvel Usina Tanques/Capoeiro), Jatobá (Jatobá), Hamilton José (Serra Preta) e Nova Vitória (São Lourenço/São Lourenço II).

A Paraíba possui atualmente 307 assentamentos da reforma agrária, onde vivem 14.460 famílias de agricultores rurais em uma área de aproximadamente 288,2 mil hectares.

Governo destina 22 áreas rurais para a reforma agrária. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 31/12/2014

BRASÍLIA - No último dia do ano, a presidente Dilma Rousseff e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, assinaram uma série de decretos destinando 22 áreas rurais para reforma agrária. As decisões foram publicadas na edição desta quarta-feira do "Diário Oficial da União".

Foram contemplados imóveis rurais de 10 estados, que serão desapropriados para absorver assentamentos de reforma agrária. O estado que mais receberá áreas é Goiás, com cinco, seguido de Pernambuco e Maranhão, com quatro cada. Minas Gerais e Paraíba terão dois imóveis. E Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pará, Rondônia e Sergipe receberam uma área cada.

O governo Dilma vem sendo criticado por movimentos sociais como dos trabalhadores sem terra, o MST, por ter reduzido o ritmo de desapropriação de áreas para a reforma agrária.

Incrá investirá R\$ 76,7 milhões em áreas para reforma agrária. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 31/12/2014

BRASÍLIA - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) informou nesta quarta-feira que vai investir R\$ 76,7 milhões para adquirir 22 imóveis rurais que serão destinados à reforma agrária. A presidente Dilma Rousseff assinou nesta quarta decretos no "Diário Oficial da União" que preveem novas áreas de assentamentos rurais em dez Estados.

Segundo levantamento técnico do Incra, órgão responsável pela política de reforma agrária, as 22 áreas somam 57,6 mil hectares e vão abrigar 1,5 mil famílias. O estado que terá mais áreas novas é Goiás, cinco, seguido de Pernambuco e Maranhão, com quatro cada. Minas Gerais e Paraíba terão dois imóveis. E Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Pará, Rondônia e Sergipe receberão uma área cada.

O governo Dilma vem sendo criticado por movimentos sociais como dos trabalhadores sem terra, o MST, por ter reduzido o ritmo de desapropriação de áreas para a reforma agrária.

Patrus Ananias buscará agronegócio para discutir reforma agrária. Demetrio Weber – O Globo, Brasil. 31/12/2014

Futuro ministro do Desenvolvimento Agrário quer diálogo com colega que comandará Agricultura

BRASÍLIA - De volta ao governo federal, o futuro ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias (PT), diz que quer fazer avançar a reforma agrária no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. Ele assumirá o cargo propondo um amplo debate sobre a função social da propriedade — urbana e rural —, bem como sobre índices de produtividade no campo. Para Patrus, é preciso construir um "pacto social"

sobre o tema, envolvendo os poderes Executivo e Legislativo e diferentes setores da sociedade.

— Respeitamos o direito de propriedade e a livre iniciativa, uma conquista histórica. Mas o direito de propriedade deve estar adequado ao direito à vida, à dignidade humana, ao princípio do bem comum, da justiça social e do interesse público. É um assunto que deve ser amplamente debatido pela sociedade brasileira — disse ontem ao GLOBO.

Ele sabe que qualquer discussão sobre índices de produtividade e função social da propriedade enfrenta resistências na bancada ruralista e no próprio governo. A começar pela Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA), entidade presidida pela futura ministra da Agricultura, a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO).

— Uma das primeiras pessoas que vou procurar é a ministra Kátia Abreu — disse Patrus. — A democracia é o espaço das diferenças e dos conflitos. O importante é que esses conflitos sejam processados de forma respeitosa. Temos diferenças e temos que trabalhar essas diferenças num país grande e complexo como o Brasil. Vamos ter que construir consensos a partir dessas diferenças. Acredito muito no diálogo.

GOVERNO NÃO AGE SOZINHO

Ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo Lula, quando comandou a implantação do Bolsa Família, entre 2004 e 2010, ele não ocupou cargo no primeiro mandato de Dilma. Anteontem o Palácio do Planalto anunciou que Patrus, eleito deputado federal em outubro. Ele estará à frente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no segundo mandato, a partir desta semana.

O ritmo da reforma agrária no governo Dilma foi criticado por movimentos sociais. Para Patrus, porém, o governo federal não tem como agir sozinho:

— Vivemos numa sociedade democrática: a vontade da presidenta não é inquestionável. Passa pelo Congresso. E questões relacionadas à desapropriação de terra vão esbarrar no Judiciário.

Patrus diz que é preciso ampliar o princípio da função social da propriedade, seja para terras improdutivas nas áreas rurais ou imóveis mantidos para fins de especulação imobiliária nas cidades do país. Segundo ele, o princípio da função social consta em todas as Constituições do país desde 1934.

— Precisamos ampliar, no Brasil, o princípio da função social da propriedade. Estabelecer com maior clareza o que entendemos como propriedade produtiva, no setor rural e urbano. O que estou propondo é que a sociedade discuta isso mais. Que a gente comece a discutir os limites que podemos estabelecer democraticamente ao direito de propriedade, em face de outros direitos legítimos, como o direito à vida.

É PRECISO DEBATER ANTES

Patrus afirmou não ter conversado com Dilma após o anúncio de seu nome para o MDA. Disse estar falando em caráter pessoal e declarou que não há a intenção de propor, de imediato, mudança legislativa a fim de mexer no princípio da função social da propriedade:

— A curto prazo, não. Estou colocando valores nos quais acredito. Qualquer lei deve ser precedida de um grande debate na sociedade, até mesmo para ser aprovada — disse.
— Estou colocando uma posição pessoal minha. Não tenho delegação para falar em nome do governo ou da presidenta. Estou falando em nome da minha história, dos princípios que defendo e que, acredito, tenham levado à minha indicação,

Aos 62 anos, Patrus defende a importância da agricultura familiar e os avanços ocorridos na última década, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sobre o Bolsa Família, disse que teve papel destacado para tirar o Brasil do mapa da fome, levantamento da ONU para Alimentação e Agricultura (FAO) que lista países com população subalimentada.

Presidenta Dilma Rousseff decreta mais 22 imóveis para a reforma agrária – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 31/12/2014

Vinte e duas novas áreas foram destinadas pela presidenta Dilma Rousseff para fins de reforma agrária. Ao todo, são 57.680 mil hectares que vão beneficiar 1.504 famílias de trabalhadores rurais em 10 estados brasileiros.

Os decretos foram publicados no Diário Oficial da União. Somados às oito áreas decretadas no dia 26 de agosto de 2014, são 66.658 mil hectares destinado à reforma agrária, que beneficiarão 1.739 famílias em 10 estados.

" Esses decretos são um inequívoco reconhecimento da presidenta Dilma Rousseff ao competente trabalho realizado pelas equipes do Incra, que aprimoraram os processos de desapropriação de imóveis visando sua destinação á reforma agrária", avalia o presidente da do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes.

Para ilustrar as medidas de aperfeiçoamento das normas que regulam o processo de desapropriação, Guedes destacou que a partir da publicação das Portarias nº 6 e 7, de 31 de Janeiro de 2013, e a portaria nº 83, de 28 de novembro de 2014, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, todo o imóvel encaminhado à Presidência da República visando a sua desapropriação segue com o estudo de viabilidade socioeconômica do futuro assentamento, além do laudo de produtividade e avaliação de custo do imóvel.

Os decretos declaram de interesse social para fins de reforma agrária imóveis rurais localizados nos estados de Goiás (05), Maranhão (04), Pernambuco (04), Minas Gerais (02), Pará (01), Paraíba (02), Rio Grande do Norte (01), Rondônia (01), Santa Catarina (01) e Sergipe (01). Veja a lista completa aqui.

Conforme perícia técnica realizada pelo Incra, todas as áreas apresentaram índices de produtividade abaixo do que determina a Constituição Federal, o que motivou sua desapropriação.

A partir do decreto presidencial o Incra vai ajuizar a Ação de Desapropriação de cada imóvel, mediante depósito em juízo do montante da indenização das benfeitorias e

apresentar à Justiça comprovante de emissão dos Títulos da Dívida Agrária para pagamento da terra nua.

O levantamento técnico feito pelo Incra, com base na Portaria MDA nº 7 de 31 de Janeiro de 2013, aponta um investimento de R\$ 76,7 milhões no pagamento dos 22 imóveis, cujos valores já constam do orçamento do Incra no exercício de 2015.

O Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR), que estabeleceu a quantidade de famílias a serem assentadas em cada área, também indicou a vocação produtiva dos futuros assentamentos, com destaque para a plantação de mandioca, bovinocultura de corte e leite, avicultura de postura e corte e a produção de frutas.

A análise do ECGR leva em conta as particularidades do relevo, hidrografia, dos mercados locais e da conjuntura socioeconômica da região onde serão implantados os novos assentamentos.

No período de 2010 a 2014 foram decretados pela presidenta Dilma Rousseff 374 imóveis para fins de reforma agrária em área de 731.206 hectares.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa